

Campesinatos e Expropriação na Inglaterra anglo-saxônica (séculos VII-VIII)

Renato Rodrigues da Silva (NIEP-Marx/Translatio Studii)

Iniciemos nossa exposição citando um sociólogo que define estamentos, classes ou partidos como “fenômenos de distribuição de poder dentro de uma comunidade”; ainda segundo o mesmo, o estamento denomina “os grupos de *status* e que são normalmente comunidades”, e a situação de *status* seria todo “componente típico do destino dos homens, determinado por uma estimativa específica, positiva ou negativa, da honraria”¹. A citação de Weber, em um congresso especificamente voltado para a teoria e prática (ou prática teórica) marxista não é apenas uma provocação ou uma investida infantil clamando por atenção. O trabalho ora desenvolvido diz respeito à reflexão acerca de conceitos chaves para o que a tradição convencionou chamar de pré-capitalismo, mas cuja discussão e mesmo aplicação parecem ter se dado de maneira descuidada, nas raras vezes em que isto se realizou.

O debate, no entanto, é fundamental. É compreensível, contudo, em um momento em que são priorizadas análises microscópicas – quando não nanohistóricas! – de elementos que se definem como *outsiders*, que a definição da maneira como se organizam os diferentes grupos sociais e como estes se relacionam seja deixado de lado. O intuito do nosso trabalho é trazer isto à baila, e nos esforçar por combater o paradigma do pensador-avestruz. Investiremos em demarcar nosso território apresentando esta problemática conceitual, e investir em um estudo de caso específico, uma vez que a pretendemos demonstrar a necessidade de historicizar o conceito.

A apresentação inicial do conceito de Weber de *estamento* em nosso trabalho se dá em função de que, segundo este autor, no período ao qual nos referimos por ora – a Idade Média – teriam existido apenas estamentos, e não classes. De maneira bem sintética, podemos entender que para este autor, o que delimita o *estamento* é a *ordem social*, enquanto o que delimita a *classe* é a ordem econômica. Na *classe* weberiana está pressuposto que os indivíduos pertencentes à mesma devem ter um componente causal nas suas possibilidades de vida, e este componente é representado por motivações puramente econômicas de posse de bens ou oportunidades de renda e também que este

¹ WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. P. 212.

componente esteja representado sob as condições de mercado de produtos ou mercado de trabalho.² Para o mesmo autor, há congruências entre o número de situações de classe (que são definidas a partir da relação de proprietário ou de não proprietário no que diz respeito à distribuição da propriedade entre as pessoas) e o número de classes propriamente dito; a condição da classe está ligada, portanto, à *circulação* de bens, e intimamente ligada ao mercado, o que leva o autor a concluir que a “situação de classe, nesse sentido, é, em última análise, situação de mercado”. E prossegue em sua análise, diferenciando a classe do estamento:

[...] quando um grupo de pessoas é descartada por convenções ou por lei das oportunidades de usar em seu benefício os bens e os serviços no mercado, como acontece com os escravos, em termos técnicos não são uma ‘classe’ mas um ‘estamento’.³

O que criaria a classe, então? Um interesse econômico claro, ligado aos interesses existentes no mercado. O conceito de classe, portanto, se insere da esfera da circulação, e só pode ser utilizado quando há uma clara racionalidade no que diz respeito à esta circulação, o que só pôde ser atingido na sociedade capitalista, daí sua inaplicabilidade no que diz respeito à sociedades estruturadas de formas outras.

As sociedades estamentais, segundo o autor, são orientadas pela convenção, ordenadas pelo costume e expressam condições e formas de consumo (economicamente) irracionais, não dispendo os grupos sociais, portanto, de sua própria capacidade aquisitiva. A orientação econômica se construiria no sentido de manutenção do *status*, pois estamento significa, para esta lógica, grupos de *status*, cujas distinções são estabelecidas e garantidas por *convenções* ou *leis*, que objetivam em última instância a imobilização que a idéia de *ordem* (aqui tomada como sinônimo de *estamento*) sugere. O peso das próprias *convenções* e das *leis* é o que permite, segundo Weber, a dominação estamental, que é entendida como a “probabilidade de encontrar obediência dentro de um grupo determinado de mandatos específicos (ou para toda classe de mandatos)”. Vale lembrar que a formulação destas linhas gerais, para Weber,

² Idem.

³ Idem.

não dizem respeito à uma realidade histórica específica, mas são *tipos*, ideais é claro, construtos intelectuais a partir dos quais construímos o nosso conhecimento histórico. Da mesma forma, estes *tipos*, pela própria constituição metodológica, não se referem a uma realidade histórica determinada (específica), e por isso acabam por se tornar, se isso não significar o desterro de Weber para a História, a-históricos.⁴ A sociologia weberiana tem um método não-realista por assim dizer, e se ancora fortemente nas questões, definições e relações jurídicas.

Se iniciamos a exposição do posicionamento de Weber acerca destes conceitos com definições suas, faremos o mesmo com o autor que dá o tom ao congresso em que agora estamos: “as categorias econômicas mais não são que abstrações destas relações reais e que são unicamente verdadeiras enquanto essas relações sociais subsistirem”, e condena

os que vêm nessas categorias econômicas leis eternas e não leis históricas, que o são unicamente para um certo desenvolvimento das forças produtivas, incorrem no erro dos economistas bugueses.⁵

O objetivo desta citação inicial é, além de contrapor os posicionamentos epistemo-metodológicos de Marx e Weber, apontar, dentro desta contraposição, que o filósofo da práxis defende que qualquer categorização deve ser historicizada, deve ser ancorada no real e verificável no mesmo. A impossibilidade de generalização ahistorizante e ahistoricizante torna necessário que os conceitos sejam “ajustados” dialogicamente à realidade social em questão. Ao referir-se ao pré-capitalismo, contudo, Marx utiliza o termo estamento; para Engels, em uma tentativa de sistematizar apontamentos de Marx, a revolução burguesa destrói os estados e seus privilégios, fazendo com que a sociedade burguesa não conheça outra coisa a não ser as classes.

Também pertence a Engels a tentativa de conceituar os estamentos como “estados no sentido histórico, como estamentos do Estado Feudal, estamentos com

⁴ Sedi Hirano prefere a utilização do termo *poli-histórico* pela inserção múltipla do próprio conceito HIRANO, Sedi. Castas, Estamentos e Classes sociais. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1973.

⁵ Remetemo-nos, aqui, a carta de Marx a Annenkov, datada de 28 de dezembro de 1846, disponível em <http://www.scientific-socialism.de/FundamentosCartasMarxEngels281246.htm>. Vale ressaltar, contudo, que a crítica é endereçada à Proudhon, e esta mesma formulação será novamente apresentada em *A Miséria da Filosofia*.

privilégios concretos e rigorosamente delimitados”. A organização dos privilégios calcados em uma tradição, em elementos que apontam para o passado parece ser um ponto de encontro entre as duas correntes; contudo, para Weber estes elementos parecem *criar* o estamento (juntamente, é claro, da ordem jurídica), enquanto que para o materialismo histórico o estamento é a expressão, historicamente determinada, da produção social, das relações de produção, do modo de apropriação da produção e da força de trabalho, das formas de propriedade, dos instrumentos de produção, da divisão social do trabalho, ou, dito de maneira mais simples: um dos elementos, ainda que multiplamente conectado e com uma gravidade importante, do modo de produção. Dentro da filosofia da práxis o conceito de estamento nos parece, portanto, mais interconexo do que na teoria weberiana.

E a classe, na perspectiva marxista, no que diz respeito ao pré-capitalismo? Esta é uma questão certamente capilarmente farta, e talvez parte disto se deva ao fato de nem Marx nem Engels terem uma definição muito bem sistematizada acerca do conceito de classe, fato para o qual atentou Tom Bottomore.⁶ Se, como Engels destaca, a sociedade burguesa não conhece outra coisa que a classe, será que na fatia de tempo anterior à sua existência é possível encontrarmos algum grupo social que possa ser encarado como classe?

Se a definição do conceito de classe não é algo fácil, o processo de formação da mesma felizmente tampouco o é. Esta é uma discussão que ganhou dimensão a partir do posicionamento de Edward Palmer Thompson, que se ergue combativo a uma postura que faça a classe derivar mecanicamente do processo produtivo. Para este autor, uma classe não é porque ela não se encerra no presente; em sua formação convergem tradição e situação para um processo que nunca é acabado, pois a classe é infinitiva enquanto houver formação da mesma e vice-versa – e aqui falamos de formação da classe em sentido social, no caráter global que esta palavra representa, aliando processos políticos, econômicos e culturais.⁷

⁶ BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. Verbetes *Classe*.

⁷ Colocações presentes tanto em *A formação da classe operária inglesa* quanto em *Algumas observações sobre classe e "falsa consciência"*, artigo publicado na coletânea *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*

O fim do mundo antigo e o início da idade média são o cenário de um processo interessante e também uma realidade histórica concreta na qual poderemos aportar este conceito. O consenso na medievalística atual (se é que é possível falar disto nesta área!) é que a idade média tem pai germano e mãe romana. Se tomarmos isto como medida, veremos que no momento da concepção pai e mãe estavam profundamente diferentes do que já haviam sido.

No século I antes de Cristo, em um capítulo sobre os Germanos dos famosos Comentários à Guerra Gálica, Júlio César faz uma descrição que poderíamos mesmo chamar de etnográfica, tamanha sua minúcia, acerca dos costumes germânicos. O importante para nossa análise é destacar que, segundo estes relatos, estes diferentes povos tinham alguns elementos em comum (principalmente os que mantinham pouco contato com outros povos que não eram germânicos), dos quais destacamos o acesso indiferenciado aos meios de produção fundamentais (religião sem sacerdote, rodízio no acesso à terra e no acesso à guerra) e uma diferenciação social cujos critérios parecem ser puramente biológicos, mais especificamente, idade e sexo.⁸

Um romano de nome Tácito, no século I depois de Cristo, nos brinda com outra descrição acerca dos germanos. Desta vez, o relato traz a baila que já é possível encontrar uma estirpe de príncipes, que os germanos possuem sacerdotes, entre outras diferenciações possíveis de serem elencadas. Este processo de progressiva diferenciação social, longe de se encerrar antes do fim do mundo antigo, é exponenciado no processo do mesmo. Um dos elementos-chave para entender este processo é justamente o fato de a guerra ser uma atividade econômica fundamental destes grupos, cujo acesso agora ia se limitando cada vez mais; o processo de conquista aumentava o poder dos chefes que as comandavam de doar bens, e era justamente este poder o que atraía para sua órbita cada vez mais guerreiros.⁹

Estes são os germanos que irão de encontro ao mundo romano e desta relação é que surgirá a Idade Média. Nos debruçaremos agora rapidamente sobre um estudo de

⁸ CÉSAR. Comentários sobre a Guerra Gálica (*Comentarii de Bello Gallico*). Rio de Janeiro: Ediouro, 1994. As afirmações aqui presentes se encontram mais especificamente no livro IV, tópico 1 e 2, e no livro VI, tópicos 21 e 22.

⁹ TÁCITO. Germânia (*De Origine et situ Germanorum*). Disponível em <http://www.thelatinlibrary.com/tacitus/tac.ger.shtml>, e uma versão traduzida em www.ricadodacosta.com. Os elementos ora apresentados encontram-se nos tópicos VI, VII, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVIII, XXI, XXVI, XXVII, XXIX, XXX, XXXIV, XLII, XLIII.

caso, a saber, o da Inglaterra Anglo-saxônica. A ilha em questão é conhecida na historiografia por ter sido pouco “romanizada” quando comparado ao continente; quando os germanos conhecidos por Anglos, Jutos e Saxões investem em sua conquista, pouco por lá encontram das instituições imperiais romanas. No decorrer e após a conquista, vivenciam um processo de homogeneização populacional e passam a ser designados pelos historiadores como anglo-saxões.

Estes reinos serão alvo de uma investida de cristianização por volta de finais do século VI (a primeira missão de Agostinho data de 597), e este movimento, longe de ser estritamente religioso, está intrínseca e diretamente coligado com o nosso estudo. A difusão do cristianismo neste espaço se constituiu a partir da proliferação da edificação de mosteiros, tendência que foi possível devido a doação de terra dos reis para que tal empresa se realizasse. Seguiu-se na ilha a tendência do continente, tornando-se o próprio mosteiro um grande domínio, da medida em que era necessário ter mão de obra dependente para que os monges pudessem dedicar-se às suas questões espirituais¹⁰.

Estas doações assumiram um caráter perene, na medida em que a Igreja insere uma maneira diferenciada de propriedade fundiária. Passa a existir a diferenciação qualitativa de terras em classificações que a historiografia convencionou denominar *folklands* e *booklands*. A diferenciação quanto a qualidade se expressa na medida em que as *booklands*, tal qual o nome parece indicar, são doações por escrito, e que seriam marcadas por se constituir em *jus perpetuum*, tornando-a, ao menos teoricamente, inalienável. Sobre as *folklands* temos poucos elementos, a maioria dos quais chegamos por contraste. Admite-se, contudo, que boa parte destes patrimônios fundiários cedidos o foram em regime vitalício, porém não necessariamente hereditário, podendo ser remanejado pelo rei¹¹.

Não tardou até que houvesse investidas de guerreiros visando receber remuneração perpétua. Talvez esteja presente aí a razão pela qual Beda identifica uma

¹⁰ A estratégia de cristianização seguiu a lógica de conversão primeiramente régia. O primeiro rei converso o foi por influência da rainha, já cristã, que teria convencido-o a aceitar a pregação de Agostinho e a recebe-lo. JOHN, Eric. *Reassessing Anglo-Saxon England*: Manchester-New York: Manchester University Press, 1996. O suporte documental para tal encontra-se no Capítulo XXV, livro I, da *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum* de Beda. BEDE. *Historical Works*. Londres: Havard University Press, 1994.

¹¹ JOHN, Eric. *Op. Cit.* Capítulo 1.

série de homens que não teriam a vocação de fato para a vida religiosa, e que estariam mais interessado nas riquezas que esta poderia lhe proporcionar¹².

A paulatina afirmação desta forma de propriedade está coligada, portanto, simultaneamente, com a difusão do cristianismo (principalmente monástico) e a cristalização de dois grupos diferenciados quanto à inserção no processo produtivo, a saber uma aristocracia terratenente e um grupo que atua diretamente na produção que a tradição convencionou denominar camponeses.

A sociedade por nós tratada passa, portanto, por um processo de crescente hierarquização, a par de uma acentuada evolução da divisão social do trabalho e da especialização dos diversos grupos sociais. Sempre é salutar destacar que estes processos não se dão subitamente, mas, como foi exposto há pouco, vêm sendo maturados desde o século I antes de Cristo. E o que encontramos a par disto?

O grupo dominante desta sociedade, uma aristocracia de guerreiros, já afastados da atividade produtiva, experenciam processos identitários definidos no que diz respeito à interesses comuns, tanto no que tange ao processo produtivo (no qual ocupam o mesmo espaço, mantendo relações horizontais, ainda que clivadas) quanto aos costumes cristalizados em *tradições*. Como exemplos podemos citar os banquetes e a comensalidade régia, as experiências militares (sejam elas no recitar dos bardos, sejam elas no campo de refrega), as doações (com caráter de remuneração) em função de serviços prestados, o recitar do direito nas reuniões¹³ do reino, todas são usinas de experiências e sentidos que acabam por manufaturar uma identidade de si como um grupo diferenciado no corpo social.

Encontramos, portanto, um grupo com costumes e tradições, que requer e detém diferenciações (positivas) concretas e jurídicas, que também requerem um *status*

¹² BEDE. Letter to Egbert. Op. Cit. Tal crítica se encontra mais precisamente no tópico 7, e a crítica se dirige sobretudo aos bispos. O termo latino que por ora traduzimos como riqueza é *pecunia*.

¹³ Nas leis do rei de Kent, Wihtraed (690-725), o recitar do direito passa a se dar na igreja, onde, segundo a fonte “Os grandes homens decretam”, entre outras coisas, que “A palavra do bispo, assim como a do rei, deve ser considerada, sem juramento, inquestionável”. A ordem mesmo de apresentação das personagens já pode ser interpretada como um indício do papel que a Igreja desempenha no processo de hierarquização, uma vez que, na própria administração da justiça, uma prerrogativa régia, o nome do bispo venha em primeiro plano. Da mesma forma, podemos verificar a maleabilidade, senão a inexistência, da diferenciação da aristocracia laica e eclesiástica, no sentido de passarem pelas mesmas experiências e processos de classe.

Estas leis estão presentes a compilação conhecida como Anglo-Saxon Dooms, disponível em <http://www.fordham.edu/halsall/source/560-975dooms.html>

diferenciado, ainda que todos estes elementos sejam aqui encarados como processuais, e não acabados. Os elementos para o estamento estão se afirmando por ali... e os da classe também. Como lidar com esta questão, conceitualmente falando? Forma-se a ordem, forma-se a classe?

Situamo-nos em uma perspectiva que valorize as relações sociais (de produção) e que tomam as estruturas jurídico-normativas como conectadas à globalidade do social, não apenas criando, nem apenas sendo reflexo daquela, mas um instantâneo destas mesmas relações. Desta maneira, a proposição explicativa que temos é a de que a classe se forma e pode (ou não) vir a tornar-se estamento, dependendo do nível de complexificação social e do sucesso da homogeneização provocado pelo mesmo. O estamento nos aparece assim, de certa maneira, como um *momento* possível da classe, alcançável quando a mesma possui um enraizamento relativamente espreado e se pretende impermeável, o que não é possível dentro da sociedade burguesa. Concordarmos com Engels, portanto, quando este diz que a sociedade burguesa acabou com os estamentos.